

# PLANO DE LEGISLATURA



## **Uma outra cidade é possível. Uma outra política também!**

A Juventude do Partido dos Trabalhadores de Franca (JPT-Franca) vem construindo alguns espaços na cidade pois acredita ser importante recolocar os jovens como protagonistas na política.

Organizamos, para isso, um samba mensal da juventude no diretório municipal, que pudesse proporcionar um ambiente de convivência e debates; criamos uma grife e estamparia de camisetas que permitisse passar nossa concepção política; montamos um projeto de maracatu com a finalidade de mobilizar, unir e envolver jovens em diversas áreas de produção cultural; ocupamos, juntamente aos grêmios estudantis, duas escolas estaduais na cidade, ajudando na luta contra a reorganização escolar promovida pelo governo do Estado e, assim vamos tecendo uma nova narrativa.

Nossa inserção na cidade nos fez perceber uma necessidade de renovação e atualização da política. Sentimos que existe um ambiente que nos reprime a todo momento, um conservadorismo que vem para desvalorizar as nossas ações e ideias e, abafar os diversos

movimentos que compomos, seja na área da cultura, dos esportes, na luta secundarista, no movimento feminista, no movimento negro e da causa LGBT.

Além disso, a velha política não dá conta de compreender nossas movimentações, não consegue ver que não somos apenas uma voz que representa à todos, mas somos várias vozes que se fazem representar através de uma organização composta por diversos indivíduos igualmente importantes. Tal política não é suficiente pra atender as necessidades dos atuais movimentos, pois não vê as diferentes partes que os formam.

Sobretudo, tendo em vista o momento político que vivemos de Golpe, não só contra nossa democracia, mas contra as possibilidades de avanço dos nossos movimentos e pautas, faz-se vital a renovação da política.

À partir desse cenário a JPT-Franca fez a opção por construir coletivamente uma candidatura para 2016, que represente a união de todas essas vozes. Acreditamos que esse seria um importante instrumento para intensificar a articulação da juventude, possibilitando uma maior influência sobre os rumos da cidade.

Assim, estamos lançando nosso Secretário Municipal da JPT, Rafael Bruxellas, músico e educador físico, como candidato a vereador da cidade de Franca, uma candidatura estruturada com a participação e protagonismo da juventude, ou seja, que não se esgota na figura de nosso candidato.

## **PRINCÍPIOS:**

### ***1. DIREITOS HUMANOS***

Temos como um dos princípios que norteiam nossa campanha o entendimento do valor e importância de cada indivíduo, reconhecendo que cada um deles tem o direito de viver dignamente sem que seja feita diferenciação de tratamento por motivos de raça, etnia,

nacionalidade, sexo, gênero, orientação sexual, classe social, religião, condição física ou qualquer outro fator, pois todos devem possuir liberdade de pensamento, de expressão, e serem de fato iguais em direitos e oportunidades. Temos a clareza que é nosso dever proteger e promover esses direitos e liberdades.

### **A Política que defendemos**

Acreditamos em uma política emancipadora, que gere na população a compreensão de sua cidadania, ou seja, que proporcione a tomada de consciência de seus direitos e compromissos dentro da sociedade.

Nesse caminho é indispensável a construção de uma convivência coletiva, que requer o acesso ao espaço público, permitindo a construção de um meio comum entre os indivíduos que constituem nossa população.

É essencial o apoio à espaços que contemplem a diversidade existente na cidade, eles são de extrema importância nesse caminho. Além de outras esferas que possam representar, esses lugares são espaços de ação social que traduzem processos que abrem e consolidam a luta pela dignidade humana.

Nesse sentido, o apoio à cultura, manifestada de diversas formas em cada bairro da cidade, é de enorme importância, pois a cultura é um grande instrumento de afirmação e propagação dos direitos humanos, e não pode ser pensada apenas como meio de lazer e distração para a população

É necessário também o treinamento de funcionários públicos para lidar com todas as diferenças existentes na população, principalmente dentro da educação pública, pois as escolas abrangem toda essa diversidade, e é de extrema necessidade a afirmação dos direitos humanos dentro desse ambiente, pois é principalmente nele o primeiro contato com a vida em coletividade.

Dentre as ações que ajudam nessa longa estrada, acreditamos que o incentivo a meios de comunicação independentes e que atuem no sentido de ajudar na emancipação e compreensão da cidadania é de enorme importância.

A afirmação dos direitos humanos é um processo constante de construção e reconstrução dentro da nossa sociedade, e é nosso dever aplicar nosso empenho nesse processo.

### **A realidade que encontramos hoje**

A realidade atual da cidade é avessa à princípios básicos referentes aos direitos humanos, o que é um fator muito preocupante, principalmente para as parcelas frequentemente mais atingidas pela falta desses direitos dentro da nossa sociedade.

Franca atualmente contabiliza 8% de todos os casos de estupro registrados no estado, um índice muito alto, além de diversos outros casos que evidenciam todo o sofrimento e constrangimento diário vivenciado pelas mulheres.

Dentro do setor público não há um órgão, como um conselho municipal por exemplo, que represente a população LGBT, muito menos outras medidas que os amparem. Usualmente esses cidadãos sofrem com atitudes preconceituosas que vão desde um tratamento discriminatório até casos de agressão que levam à morte, como vem ocorrendo na região.

Espaços que abrigam a diversidade de nossa população não recebem o devido apoio, e acabam restringindo-se a pequenos grupos, o que atrapalha muito na função social que espaços assim detêm.

A falta de iniciativas, apoio e incentivo às ações que ajudam na afirmação e estabelecimento dos direitos humanos na cidade compõem um sério problema. Atualmente o setor público não tem seu olhar voltado a trazer o estabelecimento dos direitos humanos a

todas as parcelas da nossa população, agravando diversos problemas sociais encontrados no município.

## ***2. PARTICIPAÇÃO POPULAR***

Nossa campanha apresenta um projeto de fomento à participação popular nas políticas públicas no município de Franca, como forma de construir um diálogo permanente com a população e melhor compreender suas necessidades. Frisamos que em nossa campanha, a Participação Popular está presente em todas as temáticas abordadas, desde saúde e cultura até transportes. Pois entendemos que se trata de um guia para toda a política que desejamos construir em Franca, ou seja, um verdadeiro caminho para a mudança que almejamos.

### ***A Política que defendemos***

Quando falamos sobre temas como participação popular e cidadania, estamos nos referindo a todo um processo de construção coletiva daquilo que é público. Não é possível construir o público de maneira isolada ou individual; esta é uma construção necessariamente coletiva, feita a muitas mãos.

É uma forma de se praticar a democracia e a cidadania diretamente, onde a participação dos cidadãos exerce um controle sobre ações de um governo, tornando aquilo que é público transparente aos olhos de todos.

Por isso a política que defendemos acredita que a participação popular é um pilar essencial para a câmara municipal, já que permite a estruturação de políticas plurais e diversificadas. Não podemos cair no erro de pensar, como muitos governantes fazem, de que a participação é só um aspecto formal, onde os instrumentos de participação não são pensados de forma a efetivamente incluir as pessoas.

Assim, no nosso mandato, aproximaremos os movimentos populares, mobilizando os interesses da população para que as decisões sejam tomadas coletivamente, através de um diálogo permanente, de audiências públicas, conselhos municipais e fóruns de debate.

Ademais, acreditamos que um importante instrumento para efetivar a participação popular será a Câmara Itinerante, um programa que leva vereadoras e vereadores até os cidadãos das diferentes regiões do cidade, para que ouçam as necessidades locais, acolham sugestões e ampliem a agenda legislativa.

### **A realidade que encontramos hoje**

Atualmente, o cenário da participação popular na cidade é bastante inexpressivo, os poucos espaços de diálogo construídos pelo poder público costumam ser bastante esvaziados. Mas esse esvaziamento, não se deve, como muitos pensam, à falta de interesse das pessoas pela política ou por temas de sua cidade. Este é um discurso muito cômodo aos administradores públicos. Em realidade, esses espaços são pensados para que as pessoas não participem, a escolha do local e dos horários, a divulgação e mesmo o formato formal, somados à “má vontade” em escutar e compreender aqueles que participam, não contemplam ou atingem a maioria da população.

Além disso, a participação é sempre pensada de forma inconstante, numa lógica de “eventos”, e não como uma ação contínua e permanente, presente no dia a dia das pessoas. Por conta disso, vemos o fortalecimento de diálogos paralelos dos próprios movimentos populares, excluindo os atores públicos deste processo, uma vez que as políticas de participação, da forma como são pensadas na cidade, só tem servido para afastar as pessoas.

Por isso, precisamos mudar esse cenário, recolocando a Participação Popular como central nas nossas ações, fazendo-a presente em todas as temáticas abordadas em nossa

campanha e em nosso possível mandato, pois se trata de um verdadeiro caminho para atingir as mudanças que almejamos.

### ***3. ECONOMIA SOLIDÁRIA***

Nossa campanha apresenta um projeto de fomento e fortalecimento da economia solidária para o município de Franca, como forma de abrir espaços para geração de trabalho e renda para a juventude e para a população em geral. Apresentaremos, assim, um panorama das políticas públicas que pensamos para o município na área de EcoSol. Além disso, frisamos que em nossa campanha, a Economia Solidária está presente em todas as frentes abordadas, desde saúde e cultura até transportes. Pois entendemos que se trata de um princípio norteador de toda a política que desejamos construir em Franca.

#### ***A Economia que defendemos***

Acreditamos que a Economia Popular e Solidária (EcoSol), fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras em busca de novas relações econômicas e sociais, é o caminho para propiciar um trabalho digno, para distribuir as riquezas, trazer melhorias na qualidade de vida e satisfazer as necessidades de todos.

A EcoSol é toda forma de organizar a produção de bens e de serviços, a distribuição, o consumo e o crédito, que tenha por base os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade, visando a gestão democrática, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local, o respeito aos ecossistemas, a valorização do ser humano e do trabalho e o estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres.

É um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar com base na cooperação, sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. É uma outra forma de pensar o desenvolvimento econômico que recoloca o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, buscando:

- a) valorizar socialmente o trabalho das pessoas;
- b) reconhecer o lugar fundamental da mulher na economia,
- c) o intercâmbio respeitoso com a natureza
- d) relações de colaboração solidária e cooperação entre os trabalhadores

A EcoSol existe nos diversos segmentos da economia, como na reciclagem, agricultura familiar, artesanato, produção cultural, software livre, através de cooperativas de trabalhadores, associações, clubes de trocas, fábricas falidas que são recuperadas pelos seus trabalhadores, redes de cooperação e comercialização justa, “bancos solidários” (entidades de finanças solidárias).

Na EcoSol não existe patrão, todos os trabalhadores gerem e possuem o mesmo poder de decisão sobre seus “negócios”, o que chamamos de AUTOGESTÃO, por isso é também uma forma de emancipação e mudança nas relações sociais e de trabalho, trazendo uma nova cultura política entre os seus praticantes. Isto, representa para nós, a certeza da construção de um mundo socialmente mais justo e ambientalmente mais sustentável, sem perder de vista o desenvolvimento econômico inclusivo. É por este motivo que acreditamos na economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento para o Município de Franca, um desenvolvimento que se preocupe com o bem-estar das pessoas, com qualidade das relações sociais, que se preocupe com a produção cultural, com a vida em comunidade e principalmente, que sirva para ampliar as oportunidades de vida para a juventude.

Vídeo para entender melhor o que é Economia Solidária:



## A realidade que encontramos hoje

Franca foi uma das primeiras cidades no Brasil, por conta da indústria calçadista, a se engajar no movimento de fábricas recuperadas, chegando em 1991, com o fechamento da empresa de Calçados Makerly, a tomar a fábrica e iniciar um processo de produção autogestionada.

Atualmente, o cenário da economia solidária na cidade é bastante tímido, possuindo além da Cooperfran, Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca, poucos grupos ou trabalhadores organizados dentro do movimento da economia solidária. Por outro lado, existe uma diversidade de trabalhadores, individualmente ou em grupos, em micro e pequenas empresas, ou mesmo num arranjo econômico familiar, que mesmo sem conhecer ou se identificar com a EcoSol, produzem e geram renda com base em seus princípios.

Pensamos que diante dessa significativa produção na agricultura, no artesanato e cultura que existe na cidade e na região, Franca necessita de políticas públicas que ampliem e fortaleçam essa parcela de trabalhadores autônomos, muitas vezes invisibilizados pela indústria do calçado.

Hoje, Franca possui algumas poucas políticas na área, ao exemplo do Fundo Social de Solidariedade(FUSSOL) que promove algumas ações e projetos pela cidade, como cursos de capacitação profissional, o projeto “Franca feito à Mão, uma feira permanente de artesanato realizada em parceria com a FEAC (Fundação de Esporte Arte e Cultura da Cidade de Franca). Entretanto, as políticas para os catadores de materiais recicláveis, agentes importantíssimos dentro da EcoSol, deixa muito a desejar no município.

Vemos que a única Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis da cidade, a Cooperfran, que recicla todo o resíduo de Franca e região, tem seus direitos desrespeitados

pelo Poder Público não recebendo investimentos, suporte técnico, nem sequer sendo remunerada pelo serviço de reciclagem prestado ao município.

Ademais, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que irá auxiliar na efetivação dos direitos dos catadores e na implementação da política ambiental no município, caminha a passos lentos.

## PAUTAS DA CAMPANHA:

### *1. Cultura*

Nossa campanha apresenta diretrizes para o desenvolvimento de um projeto de cultura popular, acessível e abrangente em Franca. Apresentaremos, assim, um panorama das políticas públicas do município, relacionadas aos espaços culturais, à formação artística de grupos e coletivos, à oferta de programação cultural, às ações de fomento à cidadania e aproximação da população junto à produção independente de cultura na cidade. Nascerá dessas políticas uma rede cultural sólida, autônoma, independente, mas que deve ser objeto de políticas públicas e de incentivo municipal.

### **A Cultura que Defendemos**

É fundamentada na participação popular, na luta pelo acesso à cultura e na possibilidade de produzir cultura de maneira independente, tendo como finalidade trazer ao alcance das classes mais populares da sociedade a possibilidade do acesso aos mais distintos espaços, produções culturais e da oportunidade de se criar cultura na cidade.

O incentivo à produção cultural municipal, com fins de estabelecer uma relação ampla e complexa entre os produtores culturais, gestores, casas de cultura e coletivos sob a perspectiva da economia solidária faz-se necessário para transformar toda a lógica de produção cultural de caráter mercadológico em cooperativo e solidário. Reavivando a construção de cultura diante de um viés mais humanístico, plural e receptivo à novas abordagens. Também acreditamos na valorização de todo produtor e toda produção cultural

feita na história de Franca, visando estabelecer contato com produções culturais de outros municípios e estados, fortalecendo a ideia de uma cultura acessível à todos e em rede.

Ressaltando, também, a importância da geração cultural multiétnica e popular como foco e diretriz do nosso projeto. Defendemos, ainda, que todo esse processo resulte na construção de um PMC (Plano Municipal de Cultura) onde a população tenha acesso e possa participar, com fins de aproximar as diretrizes do plano a realidade e às demandas da sociedade. Organizado de maneira horizontal, onde a elaboração seja capaz de acomodar todas as parcelas da população, por meio de audiências públicas na presença de gestores, produtores culturais, casas de cultura, coletivos e do público que terá contato com a produção cultural. Tornando ainda mais interativo, faz-se essencial criar um orçamento participativo para que a população acomode suas necessidades por meio do incentivo da prefeitura.

### **A Realidade de Franca**

Em 2016, de acordo com a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do município, Franca terá um investimento de 1,2% do total de gastos da prefeitura na área da cultura e esporte, totalizando um montante de R\$8.433.667,00, sendo destinado a FEAC (Fundação Esporte, Arte e Cultura). Para que o direcionamento de verba seja feito. Entretanto, temos que pensar de que maneira esse dinheiro é usado. Hoje, a FEAC faz a partição da verba recebida para o esporte e para a cultura de forma a tentar contemplar os dois ramos citados. Mas, na verdade, existe um obstáculo oriundo da distribuição desigual da verba alocada pela prefeitura. Como consequência da priorização do esporte em detrimento a cultura, a FEAC não atinge o piso legal destinado a esta.

No entanto, nosso projeto político discorda dessa maneira de alocar a verba, especialmente quando gerida de maneira vertical afim de minar o controle público sobre a política cultural. Essa configuração de financiar políticas culturais cria um gargalo, onde a

autonomia dos movimentos culturais não é priorizada e quem traça os passos da cultura na cidade é exclusivamente a direção da autarquia (FEAC). Com seus métodos de distribuição que não estão à altura da cultura francana.

Não podemos deixar que quem pague a banda escolha a música. A envergadura dos movimentos culturais de Franca não pode se limitar a decisão da direção de uma autarquia, o que atravanca o desenvolvimento e o estabelecimento pleno dos movimentos culturais na cidade.

### **Nossas Propostas**

**1) Adequar Franca às metas do Plano Nacional de Cultura:** Levando em consideração a importância de uma cultura integrada, em rede e diversificada. Sempre almejando estabelecer vínculos em todos os âmbitos, isto é, municipal, estadual e nacional.

**2) Plano Municipal de Cultura:** Lutaremos pela elaboração de um PMC para Franca. Justificado pela necessidade de organizar e possibilitar uma discussão com a sociedade, com fins de se estabelecer diretrizes plurais e que atendam às demandas de todas as parcelas a população.

**3) Alavancar a criação de polos culturais nos bairros da cidade:** Para que possamos criar um conselho municipal de cultura que realmente represente toda a pluralidade cultural de nossa cidade, é preciso, em primeiro, lugar que existam polos culturais nos bairros.

**4) Lei de Revitalização dos Espaços Públicos:** Estabeleceremos um projeto de lei para revitalizar os espaços públicos da cidade. Tendo como propósito aconchegar o cidadão à cidade em que vive, por meio de intervenções artísticas e culturais que tragam às ruas todos os tipos de expressão.

**4) Criação de Feiras de EcoSol:** Buscaremos a criação e desenvolvimento de Feiras de EcoSol com o objetivo de estimular, divulgar e propiciar a comercialização e troca de bens, produtos e serviços que se originam de empreendimentos econômicos solidários.

**6)Lei da Regulamentação da profissão de músico em Franca:** Para que os músicos e musicistas tenham seus direitos respeitados. Através da construção de um piso salarial para toda a cidade. Faremos isso por meio da participação popular com os músicos e empregadores de Franca.

**9)Lei de Desburocratização dos espaços públicos:** Com intuito de facilitar a fomentação e utilização de qualquer espaço público por grupos, coletivos e movimentos, buscaremos desburocratizar o acesso e simplificar a relação entre os cidadãos e produtores culturais.

**10)Incentivar novos projetos culturais:** Tendo em vista a necessidade da criação de espaço para os movimentos culturais recentes.

**11)Lei de retorno das políticas de incentivo na área da cultura:** Criar um aplicativo por meio de uma plataforma colaborativa, onde o público e os artistas tragam suas contribuições para que o poder público tenha diretrizes abrangentes e que contemplem à todos.

**12)Lei dos Cinemas e Teatros de Rua:** Visando democratizar o alcance ao cinema e ao teatro, com a ideia de reaproximar a população francana com a produção teatral e cinematográfica atual. Criando, assim, um encadeamento entre as três esferas. O produtor cultural, a prefeitura e a população. Ocorrendo por meio da isenção do IPTU e ISS.

## *2. Esporte, Saúde e Qualidade de Vida*

A saúde na nossa visão trata-se do bem estar físico, emocional, mental e social. Portanto nós trabalharemos em nossa campanha saúde, esporte e qualidade de vida de forma integrada. Pois acreditamos que para nossa cidade dar conta das demandas na temática, não basta apenas ter espaços para práticas de atividades físicas, é necessário fazer essa integração entre a saúde, o esporte e a qualidade de vida, para torná-los verdadeiros mecanismos de mudança na sociedade.

### **O projeto que defendemos**

Quando falamos de saúde e qualidade de vida as primeiras coisas que nos vem na cabeça são os médicos, remédios, farmácias e hospitais. No entanto medicina, prevenção e ausência de doenças passam longe de ser sinônimos de saúde e qualidade de vida. Todas essas medidas estão diretamente vinculadas com o tratamento de doenças e enfermidades. Mas, se pensamos em promoção de saúde, estamos deslocando nosso olhar das doenças, para levar uma vida saudável em todos seus aspectos, nas relações com as pessoas, quanto aos nossos corpos e mente etc.

Assim, é aliando o esporte à qualidade de vida e à saúde, que criamos ações de promoção de saúde, permitindo uma sociedade mais saudável e igualitária, onde o individualismo não se sobreponha ao coletivo.

Desejamos que a população francana tenha acesso a saúde, esporte e qualidade de vida nas suas mais diversas formas de expressão. Sabemos que hoje a nossa cidade possui demandas que vão muito além das oportunidades oferecidas e, ainda pensa esses elementos de forma separada, propagando uma visão equivocada de saúde.

Enfrentamos problemas semelhantes no caso do esporte, pois a primeira coisa que nos vem a cabeça quando pensamos esporte são os grandes campeonatos de futebol, handebol, voleibol e no caso de Franca, especialmente, o basquete. No entanto sabemos que essas são apenas algumas das inúmeras áreas de atuação do esporte como agente transformador da sociedade. Nós acreditamos no esporte como uma forma de construir uma sociedade de convívio mútuo, onde preconceitos e discriminações sejam quebrados e os desejos do coletivo estejam acima das vontades individuais.

Portanto, nosso projeto irá defender mais acesso à prática de atividades físicas, as diferentes modalidades de esporte e ao lazer para a juventude, mais espaços de convivência pra toda a população e mais integração entre os diferentes setores da nossa sociedade.

### **A realidade que encontramos**

Quando falamos das demandas de nossa cidade com relação à qualidade de vida, temos um número insuficiente de parques públicos para prática de atividade física e lazer. Temos na cidade o Poliesportivo, localizado em uma área pouco acessível pra grande parcela da população, alguns centros esportivos comunitários pouco utilizados, clubes privados que não atendem a demanda da população e, apenas duas ciclovias para a prática de atividade física e lazer, uma com funcionamento somente em finais de semana e a outra com inúmeras interrupções no percurso, que atrapalham o uso.

Na área hospitalar, as unidades básicas de saúde estão sempre lotadas e a população enfrenta muita dificuldade para conseguir marcar consultas e receber



medicamentos devido a burocratização e a falta de atenção da gestão municipal de saúde. Quanto à saúde mental temos apenas um Centro de Atenção Psicossocial para tratamento de álcool, tabaco e outras drogas na cidade e uma política de saúde mental cuja lógica ainda se faz contrária ao idealizado pelo movimento de saúde mental.

Na perspectiva da promoção de saúde temos algumas academias ao ar livre, em praças da cidade, que funcionam apenas como estruturas, pois não existem profissionais nas praças para fazer o acompanhamento da população, muito menos políticas para ocupação dos espaços públicos. As academias existem em várias praças da cidade, no entanto não são bem aproveitadas e não fornecem o acompanhamento de profissionais da área.

No caso do esporte, tanto a prefeitura quanto a câmara municipal, focam suas políticas apenas no desenvolvimento do basquete na cidade. As demais modalidades de esportes não recebem recursos nem incentivo da atual gestão. Nos esportes com menor visibilidade, existe uma desvalorização dos atletas locais, que são mal remunerados pela prefeitura e acabam perdendo espaço para atletas de fora da cidade.

## **Nossas Propostas**

**1)** Juntando a mobilidade urbana com a promoção de saúde da população, propomos a elaboração de um projeto que possibilite a **criação de ciclovias** nas principais vias da cidade que liguem a periferia às fábricas e ao centro da cidade.

**2)** Percebemos que muitas das praças com academias ao ar livre estão vazias tanto por falta de políticas para a ocupação dos espaços públicos como por falta de profissionais que estruturam as atividades, por isso é necessário um **projeto de lei para as academias ao ar livre** funcionarem com o acompanhamento de profissionais da promoção de saúde (Educadores Físicos).

Ao mesmo tempo, precisamos facilitar o acesso das pessoas aos equipamentos públicos de esporte, como quadras, materiais, bicicletas públicas. Neste sentido, propomos uma plataforma de cadastramento único, com a disponibilização de um cartão, onde o próprio usuário procede ao agendamento para uso dos equipamentos públicos e, tem acesso direto e livre aos materiais e espaços de esporte, através do seu cartão eletrônico de identificação.

3) Criação de uma **Lei de Incentivo ao Esporte**, direcionada para a promoção de campeonatos locais, nas diversas modalidades de esporte, visando a integração entre os diversos bairros e escolas municipais de Franca.

4) Tendo em vista o atual fenômeno da medicalização da educação; em que qualquer comportamento fora do padrão apresentado por crianças e jovens é transformado em um problema que merece ser tratado com uso de medicamentos; é importante a criação de ações que combatam tal fenômeno. Isso se dará através da instituição de um dia de combate a medicalização, visando levar informação à população e; por meio da inclusão de metas e diretrizes sobre o tema no âmbito do Plano Municipal de Saúde.

5) Pela necessidade de humanização do parto defendemos respectivamente a criação de uma Lei que demande que maternidades, casas de parto e hospitais fiquem obrigados a permitir a presença de doulas durante e após o período de parto.

6) Criação de duas leis de incentivo às atividades físicas com a instalação de equipes com profissionais da educação física nas academias ao ar livre para que possa haver um acompanhamento saudável e responsável, além de uma política de uso de clubes privados, por meio de parcerias, por parte de escolas municipais.

7) Implementação de uma rede de promoção, prevenção e assistência à saúde da população negra em Franca.

### *3. Direito à Cidade*

Em primeiro lugar o direito à cidade é um direito coletivo. É necessário a universalidade do acesso às políticas sociais e urbanas. Tanto a partir dos diferentes espaços socioculturais quanto das participações em diferentes espaços como: fóruns urbanos, conselhos das cidades, conferências, espaços institucionais públicos, debatendo e formulando diretrizes e estratégias. Articulando assim com outros sujeitos políticos e movimentos sociais a gestão das políticas públicas.

### *A Cidade que defendemos*

Defendemos cidades justas e igualitárias, sem discriminação de gênero, idade, raça, etnia, orientação sexual e/ou religiosa, no reconhecimento de que a cidade é para todos. Mas é preciso enfrentar as péssimas condições de vida de parcela significativa da população, que é afetada pela segregação, recolocando os interesses coletivos como centrais no planejamento da cidade.

Assim, o Direito à Cidade surge como resposta às desigualdades sociais produzidas pela cidade, que se manifesta em uma cidade dos ricos e outra dos pobres. Isto ocorre por existir uma separação espacial e um “mercado” do solo, onde o que importa é lucrar e não oferecer às pessoas moradias dignas e locais de convivência.

Defendemos uma cidade onde seus moradores não sejam forçados a deslocar-se de seus meios por que os serviços públicos são centralizados e/ou mudar-se de sua casas por

que não tem mais condições financeiras de permanecer naquele local, em virtude da elevação dos preços e do “mercado imobiliário”.

### **A realidade que encontramos**

Quando se trata de direito à cidade o que encontramos em Franca hoje não passa perto do verdadeiro significado do termo. Nossa cidade é uma cidade feita para atender a demanda de poucos.

Assim temos diversos fatores que produzem desigualdade como:

- 1) espaços culturais concentrados na área central (centralização dos serviços);
- 2) segregação espacial;
- 3) poucos espaços revitalizados e de convívio coletivo nas periferias;
- 4) falta de espaços como praças e parques;
- 5) falta de representatividade e participação popular dentro das instâncias públicas.

### **Nossas Propostas**

**1) Revisão do Plano Diretor do município:** o Plano Diretor é o instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados. O Plano Diretor do município de Franca é do ano de 2003 e, segundo o Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 10 de julho de 2001), deveria ser revisado a cada 10 anos, pelo menos, ou seja, em 2013, o que não aconteceu. Isso evidencia que temos um Plano que rege as metas de políticas públicas da cidade que não atende as atuais demandas da população.

**2)** Buscando promover a inclusão digital, a democratização da informação, no acesso à cultura e como ferramenta educacional, propomos a criação de um projeto de **Lei de**

Wi-Fi Livre em Franca, para oferecer internet grátis em todos os espaços e prédios públicos municipais, a ser implementado progressivamente.

3) Existe na cidade uma demanda de espaços de convívio coletivo dignos, inclusive nas áreas periféricas. Espaços deste tipo já estavam previstos, em algumas áreas, pelo Plano Diretor vigente, mas segundo uma pesquisa do ano de 2014, de 14 áreas como estas, apenas 8 foram implantadas. Assim, pensamos ser importante criar uma Lei de revitalização de praças e parques de Franca, onde sua gestão é feita de forma participativa, pela comunidade que usufrui destes ambientes.

4) Tendo em vista a realidade da região e sendo o Brasil o líder do ranking mundial de mortes de membros da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero e Travestis) são imprescindíveis projetos de lei que visem a capacitação dos guardas municipais, capacitação de professores da rede pública municipal e de outros servidores públicos, para que ofereçam um atendimento digno e não discriminatório.

Além disso, é necessário criar um Conselho Municipal para a população LGBT, garantindo respectivamente espaços de formulação de políticas públicas na área e, o apoio psicológico, social e jurídico aos LGBTs. Por fim, defendemos ações municipais de combate à discriminação em razão de orientação sexual, com a criação de uma Lei de enfrentamento à LGBTfobia.

5) Uma cidade inclusiva tem o dever de olhar para uma expressiva parcela de sua população, como as pessoas em situação de rua. Devemos combater as ações higienistas, que apenas querem esconder a existências dessas pessoas movendo-as para áreas periféricas. É preciso garantir a efetivação dos direitos dessa população, seu acesso à saúde, à renda, à educação etc. Para isso, defendemos a Criação de uma Política Municipal para a População em Situação de Rua, a qual reúne uma série de ações - como desenvolver ações educativas,

implantar centros de defesa, ampliar a rede de acolhimento temporário, apoiar programas de habitação social etc - que contém princípios e diretrizes para guiar essas ações do poder público.

6) Tendo em vista a realidade da cidade, que representa atualmente 8% de todos os casos de estupro do estado de São Paulo e, sendo o Brasil o quinto país do mundo em ranking de violência contra a mulher. Defendemos a criação de um projeto de lei que implemente mais **Centros de referência para mulheres**, distribuídos em setores, com o intuito de ampliar, descentralizar e direcionar o atendimento à essa parcela da população.

7) Diante da vulnerabilidade social das **pessoas Transgêneras e Travestis**, em função da discriminação existente, defendemos **políticas afirmativas e de inclusão social** para essa população, por meio de Leis que instituem quotas nos serviços públicos municipais e incentivos fiscais às empresas que empreguem esse segmento da população, além de leis que reafirmem o direito de uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais relativos a serviços públicos prestados.

8) As **rádios comunitárias** tem por objetivo, promover e ampliar debates dentro de microrregiões, buscando divulgar informações e integrar a comunidade por meio do sentimento de responsabilidade comunitária, auxiliando no desenvolvimento cultural e social do local onde ela está inserida. Assim, enxergamos que é de extrema importância uma **lei municipal** que apoie esses projetos, promovendo a democratização das comunicações e do acesso a informação.

9) Acreditamos que dentro do direito à cidade se encontra o direito à um desenvolvimento local justo e humanitário, que se faz representar pela Economia Solidária (EcoSol). Defendemos que seja implementada uma **Lei de Fomento à EcoSol**, que se trata de um guia, com diretrizes, princípios, objetivos e instrumentos, para traçarmos as ações que

esperamos do poder público na temática. Somado a isso, queremos a criação de espaços institucionais para a EcoSol, como **Conselhos Municipais**, os quais serão responsáveis por gerir e executar o tema na cidade. E também, a **criação de um Programa de Finanças Solidárias**, implantando linhas de financiamento e crédito adequadas à economia solidária, bem como a sua acessibilidade pelos produtores, favorecendo um processo de reversão da descapitalização dos segmentos populares que atuam nos “circuitos inferiores” da economia.

**10)** Buscando atender a categoria dos catadores de materiais recicláveis, importantes agentes ambientais, que contribuem para um ambiente saudável e equilibrado em Franca, e consolidando o direito coletivo ao meio ambiente.

Acreditamos serem necessárias:

Uma Lei sobre a coleta seletiva, que reafirme o dever da prefeitura de fornecer assistência técnica e financeira necessárias à promoção da reciclagem pelas cooperativas de catadores, procedendo à devida remuneração pelo serviço prestado por aquelas.

E outra que proíba a prática de incineração de resíduos sólidos no município, pois além de representar um dano à saúde humana e ameaça a reciclagem de resíduos afeta também o trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

Por fim, defendemos que Franca desenvolva um Programa de Compostagem, visando incentivar práticas de compostagem de resíduos orgânicos domésticos nos domicílios e instituições públicas, para reduzir a quantidade de materiais enviados aos aterros sanitários e ao mesmo tempo, melhorando a qualidade dos materiais enviados à reciclagem.

#### ***4. Educação***

Nosso projeto educacional baseia-se na inversão de prioridades com a qual a educação pública é tratada normalmente, por políticos, autoridades e gestores educacionais.

Inverter as prioridades significa transformar o modo como a Educação é abordada dentro das políticas públicas e, transformar principalmente os espaços educacionais de nossa cidade para que estes sejam inclusivos, participativos, democráticos e integrados com cultura e esporte.

#### ***A Educação que defendemos***

Nossa campanha defende uma Educação que valoriza os saberes dos estudantes e que fornece ferramentas que façam da escola um verdadeiro centro de vivência, formação e criatividade. As escolas devem pensar na formação do estudante enquanto um ser humano crítico, humanista, tolerante e respeitador das diversidades de nossa cidade e de nossa cultura. Só através desta nova concepção educacional poderemos fomentar jovens, adultos e crianças críticas, independentes e comprometidas com a melhoria de nossa cidade.

Para a realização desta concepção é preciso dispor o espaço público para a participação e uso da comunidade, atrelando-o a políticas educacionais inovadoras e centradas no lado social e emancipador da educação, fazendo uso das novas tecnologias, mas principalmente da cultura e do esporte como ferramentas de participação coletiva e vivência em comunidade. Só desta forma o espaço escolar deixará de ser um aparelho distante da comunidade para passar a nutrir uma relação de pertencimento e proximidade com os estudantes, trabalhadores da educação e comunidades locais.



A educação que defendemos não poderá, portanto, ser somente medida por índices e rankings de desempenhos escolares mas, sobretudo através do desenvolvimento social, da inclusão, da queda da evasão escolar e do papel social que a educação deve desempenhar no futuro de nossa cidade.

### **A realidade que encontramos**

A educação municipal em Franca não é tratada, ao nosso ver, à altura dos desafios e da realidade de nossa cidade. Entre os principais problemas diagnosticados por nós estão:

1) A não participação dos estudantes, comunidade educacional, trabalhadores da educação e demais cidadãos na gestão educacional do município, fazendo com que o processo decisório esteja centralizado nos órgãos administrativos, distantes dos sujeitos do processo de ensino-aprendizagem.

2) O espaço da escola não é utilizado de modo a incentivar a atuação cultural e esportiva nos bairros ficando apenas como um espaço formal de educação. Não aproveita-se o espaço educacional como um aparelho com a finalidade de melhorar a qualidade de vida nos bairros.

3) Os profissionais da educação não são valorizados e compreendidos como sujeitos no processo de transformação e melhoria da cidade, renegando a eles baixos salários, falta de formação continuada.

4) Os grêmios e organizações estudantis representam nas escolas uma abertura à participação e ao diálogo com os alunos, por meio do qual os estudantes também contribuem para melhorar o projeto educacional da cidade e ao mesmo tempo crescem em seus conhecimentos. Entretanto, falta uma ação municipal de incentivo aos grêmios, reconhecendo a importância dos estudantes na estruturação de políticas educacionais, ao invés de invisibilizá-los, como é a prática usual.

5) Falta de política de permanência estudantil que abarque os secundaristas e os universitários da cidade, usuários tanto do sistema público de ensino quanto do privado. Fazendo com que a evasão escolar de Franca (5187 crianças fora da escola) sejam maiores do que São Joaquim da Barra, Ribeirão Preto, Patrocínio Paulista e inclusive as mais populosas cidade do estado, como São Paulo e Guarulhos.

6) Faltam ações de fomento aos cursinhos pré-vestibulares, que objetivam não só a formação para os vestibulares, mas também busquem o ensino crítico através da educação popular.

7) Não há políticas afirmativas que contemplem a diversidade de nossa sociedade e sequer consigam tratar a população historicamente excluída da educação formal básica e do ensino superior, como negros e negras, e população LGBT, especialmente população trans, e estudantes de baixa renda.

8) Carência de um programa de alfabetização de jovens e adultos que articule as diversas realidades da periferia de Franca com o ensino abordado em sala.

9) Ausência de integração no currículo escolar de temas ligados à questão racial, de gênero, orientação sexual e relacionados às memória das lutas sociais,

### **Nossas Propostas**

1) Os planos municipais de educação são importantes na efetivação do direito à educação de qualidade de um município, no período de dez anos. Eles representam uma continuidade na forma de se pensar a educação e articulam toda a rede de ensino. É necessário assim, revisar o Plano municipal de educação de Franca para atender as demandas mencionadas, como a revisão da grade curricular, incluindo temas relacionados à diversidade racial e de gênero e trazendo o esporte e a cultura como temas centrais no desenvolvimento da educação.

2) Tendo em vista a valorização dos profissionais da educação, faz-se necessário criar um projeto de lei que crie um plano de carreira para os trabalhadores da educação na rede municipal de ensino. Nossa atuação será nesse sentido: pressionando, fomentando e incentivando a criação deste Plano de Carreira.

3) Programa de Permanência Estudantil que abarque da educação básica à superior com recorte sócio-econômico e étnico-racial de modo a abarcar não somente bolsas, mas cotas para xerox, passe livre estudantil e restaurante universitário nos espaços de maior concentração estudantil para possibilitar uma diminuição da evasão escolar em face do desenvolvimento dos projetos.

4) Fomentar a criação de uma União Municipal dos Estudantes que possa congrega tanto os estudantes secundaristas quanto os estudantes universitários, de forma paritária e com incentivo de espaço físico e orçamentário possibilitando assim uma maior participação social da juventude e da sociedade nos órgãos governamentais e nas políticas públicas.

5) Criação de um Conselho Municipal de Educação como espaço paritário da sociedade civil e da prefeitura municipal destinado a acompanhar a execução das 20 metas do Plano Nacional de Educação no município e do Plano Municipal de Educação. Articulação deste com os Conselhos Escolares como etapa a ser construída na democracia participativa do Conselho municipal de Educação.

6) Abertura das escolas municipais para gestão compartilhada do espaço nos finais de semana juntamente com os conselhos escolares e os centros comunitários dos bairros com destinação a atividades culturais, esportivas e de promoção de saúde e convivência coletiva.

7) Criação da Comissão de Memória, Verdade e Justiça da cidade de Franca em parceria com as escolas municipais de modo a compartilhar a responsabilidade em valorizar a memória dos cidadãos francanos nos diversos momentos políticos de nossa sociedade, trazendo a tona o debate de participação e democracia.

9) Criação de uma frente parlamentar pelos Cursinhos Populares e Pré-Vestibulares de articule a existência e a viabilidade dos cursinhos populares existentes na cidade de Franca.

9)Buscando combater a evasão escolar e estimular a continuidade dos estudos, bem como a inserção socioeconômica dos jovens, valorizando suas vocações ocupacionais, e desenvolvendo sua formação, propomos um Programa de formação da juventude para geração de trabalho e renda nos moldes da economia solidária, com a concessão de uma “Bolsa Trabalho”.

## ***5. Transporte e Mobilidade Urbana***

Nossa concepção de transporte, diferentemente de uma concepção puramente logística e comercial, se baseia na ideia de mobilidade urbana como sendo um direito fundamental, pois sem ela não conseguimos acessar outros direitos como saúde e educação. Portanto, propomos um transporte construído pelos usuários, multimodal e fundado em conceitos, como direitos humanos, desenvolvimento eco-socio-econômico sustentável, de forma a construir uma rede de transporte segura, eficaz e equânime.

### **O Transporte que defendemos**

Na nossa campanha defendemos que a cidade é um espaço de trocas sociais, culturais, econômicas e subjetivas. Por isso, devem ser criados espaços para a interação e socialização das pessoas, bem como equipamentos públicos ressignificados sob essa ótica. Contudo, de nada adianta criar estes espaços se as pessoas não podem chegar a eles por conta de uma segregação socio-espacial advinda da desigualdade e agravada pela lógica mercantil do transporte.

Além disso, é de suma importância focarmos nos direitos dos usuários, isto é, criar mecanismo de participação popular, com o intuito de promover uma gestão democrática e transparente. Diante disso, é necessário dar voz aos usuários e representatividade aos setores mais vulneráveis, com recorte de classe, gênero e raça. Estes setores devem ter assentos nos espaços de decisão, para que possam opinar, a fim de deixar o transporte público mais plural, democrático e livre de preconceitos.

É preciso também, não ser dependente de um único modal de transporte, pois, conseqüentemente, vão ser criadas dependências com relação aos insumos necessários para operar este meio. Para isso, é preciso implementar diversos modais, com foco nos de custo reduzido, ecologicamente sustentáveis, não motorizados e coletivos, como uma forma de reduzir a dependência de insumos, baratear os custos e ser ecologicamente sustentável.

No entanto, para a realização desse projeto, é fundamental debatermos a multiplicidade de fontes de renda para financiar o transporte público e os diferentes modais, com vista a distribuir melhor os ônus e os bônus sociais da mobilidade urbana. Portanto, o transporte que defendemos deverá cumprir um papel de inclusão social, dos espaços democráticos, a partir de um desenvolvimento socioeconômico e ecologicamente sustentável, com o intuito de construir uma rede de transporte segura e efetiva na circulação urbana.

### **A realidade que encontramos**

- 1) Não há acessibilidade universal, tanto no transporte público como no individual.
- 2) Franca ainda é uma cidade muito violenta no trânsito.
- 3) A cidade de Franca tem muitos carros por habitante, não existindo política de transporte não motorizado.
- 4) Não existe política de redução de carbono e do uso de energias alternativas para o transporte público de Franca.
- 5) O custeio do Transporte em Franca é feito basicamente pelos usuários e pelo tesouro.
- 6) O preço não é acessível (R\$3,80)
- 7) Não há eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte público nem instrumentos de controle e avaliação.

8) Não existem metas de qualidade e desempenho a serem atingidas, nem instrumentos de controle e avaliação.

9) Não há integração de modais pois não há diversos modais em Franca.

10) Não existe conjunto organizado e coordenado dos modos de transportes, de serviços e de infraestrutura que garante o deslocamento de pessoas e cargas no território do município.

11) Não existe conselho municipal de transporte.

12) Não há controle público das concessões e licitações.

13) A fiscalização da concessionária por parte do poder público não é feita com transparência

14) A população não têm informações sobre horários, itinerários, telefone da ouvidoria, dos conselhos, de como a tarifa é composta nem dos modos de integração com outros modais.

15) A população não sabe quais são seus direitos e obrigações nem os direitos e obrigações das concessionárias de transporte público.

16) A população não conhece os padrões preestabelecidos de qualidade e quantidade dos serviços ofertados, bem como os meios para reclamações e respectivos prazos de resposta.

### **Nossas Propostas**

1) Urge a criação de uma lei que obrigue a acessibilidade em todas as linhas e horários de ônibus, bem como uma fiscalização efetiva do poder executivo pelo legislativo.

2) Lei de isenção da tarifa de transporte para pessoas com transtorno mental - Pois essas pessoas precisam de mobilidade mínima para tratamentos e acesso a aparelhos de políticas públicas.

3) Propor uma redução da velocidade nas vias que mais ocorrem acidentes em Franca.

4) A criação de um Sistema Ciclovitário no Município de Franca, com a finalidade de abranger políticas públicas focalizadas que incentivem o uso de bicicletas como meio de transporte, que deem segurança aos usuários e que forneça bicicletas de forma gratuita para usufruto da população, democratizando o acesso à prática de atividades físicas e o deslocamento por meio de bicicletas.

5) Devemos incentivar o transporte motorizado e o não motorizado, ampliando modais através de um plano municipal de transporte.

6) O plano municipal deve ter metas de redução de carbono no transporte público, através da substituição da frota por veículo híbridos, por exemplo.

7) Descentralizar as fontes de custeio do transporte público de Franca. Revisão tributária de Franca, de forma a tornar os impostos mais justos, e que eles possam colaborar com os custeios do transporte público em Franca, além de uma valorização do transporte no orçamento público.

8) Propomos auditorias públicas dos contratos de concessão vigentes na cidade.

9) O plano municipal de transporte deve ser feito, fixando parâmetros e objetivos de eficiência, eficácia e efetividade bem como meios de controle e avaliação, de preferência, democráticos.

10) Além disso o plano municipal deve definir metas de qualidade e desempenho, e meios de controle e avaliação, de preferência, democráticos.

11) O plano municipal deve prever a multiplicação de modais e como estes serão integrados.



12) O plano municipal de transporte deve trazer um conjunto organizado e coordenado dos modos de transportes, de serviços e de infraestrutura que garanta o deslocamento de pessoas e cargas no território do município, integrando os modais supracitados.

13) Devem ser criados um conselho municipal de transporte, que contemple a diversidade de setores da sociedade e que tenha representantes de setores oprimidos. Também é necessária uma ouvidoria da câmara com relação ao transporte.

14) A câmara deverá democratizar a gestão das concessões e licitações, convocando audiências públicas para a discussão destas.

15) Essencial consultar tais a partir de plebiscitos, audiências, consultas públicas sobre o planejamento, a fiscalização, de quanto está sendo o orçamento das obras e planejar um sistema de comunicação que garanta a avaliação por parte da sociedade civil que diz respeito ao sistema de transporte.

16) Obrigatoriedade de distribuição de panfletos, afixação de cartazes nos pontos, no terminal e nos ônibus explicando horários, itinerários, telefone da ouvidoria, dos conselhos, de como a tarifa é estruturada e revista, modos de integração com outros modais.

17) Obrigatoriedade de distribuição de panfletos, afixação de cartazes nos pontos, no terminal e nos ônibus explicando direitos e deveres do usuário e da concessionária.

